

Perspectivas sobre inovação no espaço rural brasileiro

Valério Veríssimo de Souza Bastos¹

Cimone Rozendo²

SCNHEIDER, Sergio; MENEZES, Marilda; SILVA, Aldenor Gomes da; BEZERRA, Islandia (Orgs.). **Sementes e Brotos da Transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais**. Porto Alegre – RS. Editora da UFRGS. 2014. 240 p.

O livro consiste em uma análise comparativa em torno das práticas, processos e formas de organização promovidas pelos agricultores e atores sociais inseridos em áreas rurais de cinco estados brasileiros (PB, RN, RS, SC e PR), com o intuito de verificar os seus efeitos sobre a reprodução social e os seus desdobramentos sobre economias locais e o território. Partindo do pressuposto de que está em curso um novo paradigma de desenvolvimento rural as pesquisas buscaram identificar a diversidade de experiências praticadas pelas populações do meio rural, concebidas aqui como brotos e sementes desta transição.

Segundo os autores, estão em curso, silenciosos e descontínuos processos de mudança nas bases produtivas e tecnológica da agricultura familiar brasileira carentes de identificação. Esse novo modo de organização produtiva e sociotécnica pode ser denominado de novo desenvolvimento rural, ao passo que indica iniciativas proativas, geradoras de soluções inovadoras e perenes por parte dos agricultores.

As sementes e brotos são entendidos como estratégias e dispositivos construídos historicamente, pelos agricultores nem sempre de forma contínua ao longo de suas trajetórias com o objetivo de ampliar seu grau de autonomia. Para os autores estas iniciativas e práticas, emergem de forma contextualizada e envolvidas por relações sociais de reciprocidade e interconhecimento.

Além dos organizadores-pesquisadores a obra reuniu trinta e um (31) colaboradores, que analisaram oito experiências em torno de sete eixos temáticos: produção agroecológica, agroindústria familiar de pequeno porte, construção de mercados por meio da comercialização da produção, produção de energia, turismo rural, alimentação escolar e ações de gestão de águas. O livro está organizado em dez capítulos: os dois primeiros dizem respeito a notas introdutórias e as bases teóricas-metodológicas que definiram as escolhas dos casos estudados. Posteriormente, os autores apresentam os resultados dos oito estudos de casos investigados e suas considerações finais.

No primeiro capítulo, *Inovação e atores sociais*, Schneider e Menezes (2014, pp. 13-26). Para eles, as formas de inovação (práticas e iniciativas) vêm permitindo a criação de espaços de manobra, que conferem aos agricultores maior autonomia e interação com a economia e a sociedade

¹Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS/UFRN)

²Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS/UFRN)

mais ampla. Para tratar dos modos de organização social ou dispositivos coletivos, os autores recorreram ao conceito de *agency* utilizado pelo sociólogo Antony Giddens (1997) e outros pensadores, que concebem este conceito como dispositivos de natureza coletiva, criados e legitimados para atender os interesses do grupo ou da coletividade, abrindo com isso espaço para analisar as formas de governança e a institucionalidade que estes adquirem. Quanto aos efeitos das práticas, buscam entender como as inovações e a mobilização de recursos e a organização social são capazes de gerar diversificação das economias locais, agregando valor, diminuindo a vulnerabilidade e aumentando a sustentabilidade.

Apresentam alguns referenciais em torno dos conceitos de inovação e novidades, alertando para a ambiguidade que estes termos constituem. Para eles, é preciso distinguir inovação de invenção, de novidade e da criatividade. Nesta perspectiva, novidade e inovação configuram novas práticas sociais, que implicam em alinhamento de interesses coletivos em torno de um objetivo e/ ou causa cuja execução se dá por intermédio de um dispositivo de grupo que requer organização, governança e distribuição de encargos e poder.

Tomando como referencial teórico fundamental a Sociologia dos atores, os autores acreditam que os agricultores foram e estão sendo capazes de responder e mobilizar-se frente ao modelo dominante e excludente de produção agrícola difundido pela revolução verde desde a década de 1960. Para problematizar estas teorias, os pesquisadores interagem com os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores da Universidade Wageningen, notadamente Normam Long e Jan Douw van de Ploeg. Os quais defendem uma perspectiva orientada aos atores para entender os processos de transformação das relações de trabalho e de produção, bem como a forma como os atores reagem e interagem, criando interfaces e articulações. Sob este enfoque, os autores, concebem que as estruturas se constituem como um produto da contínua interação e transformação mútua dos projetos dos atores. Estes são dotados de uma capacidade de ação, acionando alianças diversas de obrigações ou poder. Esse poder de agência é que lhes confere substância, fazendo com que indivíduos destituídos de capacidades transformem-se em atores. Para tanto se destaca a necessidade de capacidade organizativa ou estratégica destes indivíduos.

No segundo capítulo, *Bases teóricas e metodológicas: a trajetória, os desafios e o aprendizado de uma pesquisa comparada*, Carvalho, Gazolla, Ramos e Schneider (Carvalho *et al.*, 2014, pp. 27-48) descrevem e analisam a metodologia utilizada no projeto. Valendo-se de uma matriz de análise voltada aos atores, o trabalho contemplou uma complexa variedade de técnicas de investigação, que teve como base a valorização da trajetória, do contexto social e das interações dos atores envolvidos. Ou seja, a ideia central foi entender as ações proativas e propositivas dos atores como estratégias num contexto múltiplo e dinâmico, valorizando as ações, situações e dimensões da realidade destes. Para tanto os autores mobilizam os conceitos de autonomia e resistência, inovações sociotécnica, dispositivos coletivos, capital social, instituições, ambiente institucional e forma de governança, construção social de mercados, mercantilização, e desenvolvimento rural. Este artigo apresenta um interessante exercício de produção do conhecimento uma vez que os autores tentam alinhar uma matriz teórica-metodológica em torno de um conjunto de temas distintos como veremos a seguir.

O Capítulo III, *Inovação técnico-produtivas, dispositivos coletivos e desenvolvimento rural: a agroecologia no Oeste de Santa Catarina e no Agreste da Paraíba*, escrito por Radomsky, Carvalho, Bastos e Malagodi (Radomsky *et al.*, 2014, pp. 49-69) apresenta uma análise comparativa sobre experiências

agroecológicas nos estados de Santa Catarina e Paraíba com o objetivo de compreender o papel das inovações, das redes e das várias formas de conhecimento local para a configuração de novos formatos técnicos-produtivos e de arranjos que possibilitem a compreensão de novas formas de desenvolvimento rural. No campo teórico, o artigo realizou uma revisão sobre os conceitos de agência, ator social, autonomia, inovação e redes sociais, bem como realizaram a caracterização das localidades e suas contextualizações históricas. Por fim, os autores evidenciam que: os mercados e os mediadores são essenciais no processo de articulação e ampliação do acesso às políticas públicas. Neste caso, o processo coletivo tem permitido um conjunto de inovações que potencializam a construção de autonomia destes grupos.

No Capítulo IV, *A agricultura familiar e a produção de novidades no desenvolvimento rural: uma análise comparativa entre sul e nordeste do Brasil*, Kiyota, Gazolla, Ferreira, Pelegri, Perondi, Cadoná e Aguiar (Kiyota, et al., 2014, pp. 71-90), os autores alertam sobre a importância das organizações da agricultura familiar buscarem mecanismos capazes de agregar valor a sua produção. Esta estratégia é identificada como potencializadora de autonomia, de sustentabilidade e qualidade de vida aos atores envolvidos. Para o desenvolvimento deste quadro analítico, os autores recorrem ao conceito de *agência* desenvolvido por Norman Long (2001, 2006) - que entende a agência como sendo a capacidade de saber e de conhecer mesmo em situações problemáticas. Lançam mão também do conceito de *produção de novidades* (Wiskerke e Ploeg, 2004) em contra ponto ao conceito de inovação. Estas novidades são concebidas como novos processos, novas tecnologias, novos mercados, novas redes sociais, ou seja, uma recombinação de recursos que lhes permitam novas configurações sociotécnica. Analisam de forma comparativa o processo de agroindustrialização familiar nas dimensões como as estratégias usadas pelas famílias, o modo de organização social, a mobilização de recursos, as formas de construir as novidades e os efeitos dessa experiência na vida da família e no local (economia, mercados, instituições e outros). As análises comparativas foram desenvolvidas no Sul (RS e PR) e no Nordeste (RN), e avançam no sentido que demonstra a capacidade que a agricultura familiar possui de apresentar estratégias semelhantes na busca pela sua reprodução social.

O Capítulo V, *Gestão social da água: análise comparativa entre o caso do Polo Sindical da Borborema (PB) e a Associação do Centro de Educação Sindical (PR)* elaborado por Perondi, Duque, Piraux, Kiyota, Diniz e Nunes (Perondi, et al., 2014, pp. 91-113), partem da problemática em torno da dificuldade de acesso à água em condições adequadas de consumo. Observou-se que a prática coletiva da experimentação resultante de inovações em torno do referido tema gerou maior eficácia na formação de lideranças fortalecendo a gestão social dos recursos hídricos e, propiciando, em certa medida, uma ampliação de sua autonomia, fortalecendo os processos de reciprocidade e organização, e contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento das comunidades envolvidas. Eles avaliam as práticas e os processos coletivos de experimentação e ajustes das propostas técnicas e de organização social que possibilitam a apropriação dos movimentos sociais de modelos de gestão social da água, como também compreender os fatores que influenciam a capacidade de inovação e funcionamento dos dispositivos coletivos. Os autores basearam-se na ideia de que as inovações sociais (contextualizadas) correspondem às novas abordagens, práticas, intervenções ou novos produtos, encontrados em pessoas, organizações ou instituições. A investigação evidencia a dimensão criativa (inovação) no que se refere à participação social tanto de comunidade quanto da organização sindical bem como o papel de legitimação, criação e transformação da prática social. Tais inovações fazem com que a sociedade civil, através da mobilização, ganhe autonomia e proponha políticas públicas, transformando com

isso as relações de poder, seja em nível local (independência em relação as oligarquias) ou regional (a partir da governança de políticas públicas).

No Capítulo VI, *O Programa de Alimentação Escolar nutrindo o desenvolvimento: ideias e relações inovadoras*, das autoras Triches, Menezes, Ramos, Almeida e Froehlich (Triches, et al., 2014, pp. 115-139), realiza um estudo comparativo em dois municípios: Dois Irmão (RS) e Lagoa Seca (PB). A análise se dá em torno da aquisição pública de alimentos da agricultura familiar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar. O propósito da pesquisa foi verificar a partir de algumas experiências, as inovações que emergem desta nova política. A análise se vale de conceitos como agência, inovação, dispositivos coletivos e seu conjunto de relações e capital social. Para as autoras, a agência humana é um fator fundamental nos processos de inovação, no sentido que o ator reage às ações externas e traça novas formas de atuação frente a essas ações. Somada a agência, as autoras, destacam o papel das entidades criadas pelos atores, que são vistas como fonte de inovação na medida em que potencializam relações de confiança, reciprocidade e cooperação fundamentais ao desenvolvimento rural. As autoras alertam para a multidimensionalidade das discussões sobre alimentação sublinhando a importância das questões relacionadas à saúde e ao meio ambiente como base fundamental de um novo paradigma de políticas alimentares. Sob esta lógica afirmam que é necessário trabalhar com a natureza e não sobre a natureza. Além disso, analisam as relações entre PNAE e o êxodo rural, e o papel desempenhado pelos dispositivos coletivos nesse processo de consolidação de inovações, como também a sua institucionalização.

O Capítulo VII, *Diferentes estilos de agricultura em iniciativas de geração de agroenergia: a pertinência dos dispositivos coletivos e inovações nos processos de desenvolvimento territorial*, produzido por Rambo e Costa (2014, pp.141-163), aborda duas iniciativas nos estados do RS e RN de produção de agrocombustíveis no âmbito da agricultura familiar. A análise parte de duas dimensões: as práticas e os mecanismos de inovação sociotécnica e as formas de mobilização dos recursos e dispositivos coletivos. A ideia central é analisar como essas dimensões contribuem para a promoção do desenvolvimento territorial. As autoras, recorrem à produção de J. D. wan der Ploeg para evidenciar os diferentes estilos de agricultura, resultando em o que o autor denomina de *queeze*, ou seja, processos decorrentes de resultados produtivos bem sucedidos da modernização da agricultura, decorrendo desse processo uma heterogeneidade dos processos de mercantilização da agricultura familiar, que originam uma pluralidade de estilos de agricultura (Ploeg, 1993, 2004). Seguindo a orientação teórico-metodológica do livro, as autoras evidenciam a capacidade de agência dos agricultores e suas organizações, como sendo o elemento fundamental para o desencadeamento de desenvolvimento territorial. Nesse quadro quando é apontada centralidade dos dispositivos coletivos como potencializadores e implementadores de ações de desenvolvimento em consonância com as necessidades dos atores locais, neste caso específico, a novidade que vem a ser a produção energética pelos agricultores familiares. No caso específico, a produção de agroenergia, expressa estratégias e trajetórias (sementes) distintas que evidenciam a pertinência dos dispositivos coletivos e das inovações sócio-técnica para os processos de desenvolvimento territorial.

No Capítulo VIII, *produção de novidades na transição agroecológica: uma análise de iniciativas no sul e nordeste do Brasil*, Oliveira e Araújo (2014, pp.165-192), os autores analisam (comparativamente) duas práticas de produção agroecológica uma nos estado do RS e ou outra no RN tendo como referência os conceitos de transição agroecológica concebida como descontinuidade no processo de mudança e

novidade compreendida (em oposição ao conceito de inovação) como produto de um trabalho contínuo de ajustes às condições que os agricultores dispõem e manejam com vistas ao desenvolvimento rural. O artigo analisa e compara o conjunto de inovações centrais para a consolidação de novas práticas produtivas, e inovações decorrentes que podem ser classificadas como técnico-produtivas, de mercado ou sócio-organizativa. Eles avançam quando retomam o termo-chave de produção de novidades como forma de diferenciar um tipo de atividade inovativa, relacionando-a a processos de mudanças sociais, ou de transição sociotécnica. Os autores levantam questões importantes relacionadas aos impactos da intoxicação dos agricultores e do êxodo rural, bem como os aspectos que dizem respeito às dificuldades políticas, técnicas e metodológica que incide sobre a proposta agroecológica inerente ao processo de transição de paradigma da agricultura brasileira.

O capítulo IX, *Práticas e mecanismos de inovação na construção de mercados para agricultura familiar*, escrito por Molina, Bezerra, Rozendo, Bastos, Vieira e Guareschi (Molina, et al., 2014, pp.193-213), traz a síntese de quatro pesquisas sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): duas realizadas no RN, uma no PR, e uma RS. A referida política é concebida não apenas como mecanismo alternativo de mercado para a agricultura familiar, mas como estratégia potencializadora de um novo modelo de desenvolvimento rural. A análise repousa sobre a perspectiva orientada para os atores sociais, conforme trabalho desenvolvido por Norman Long (2001). O trabalho evidencia as fragilidades dos agricultores para realizarem modificações frente à situação atual, bem como expõe a construção de novas sociabilidades e soluções capazes de subverter lógicas até então incontornáveis, criando com isso um certo protagonismo para o desenvolvimento rural. Buscou-se identificar as localidades que o PAA gerou algum impacto, efetivando-se como nova prática entre os agricultores familiares, em termos de organização produtiva, articulação política, inclusão socioeconômica destes atores, dando início a processos de desenvolvimento pautado na autonomia da pequena produção do mercado local ou em mercados mais próximos. Assim este trabalho, chama a atenção para o que os autores denominam de silencioso processo de mudança da base produtiva e tecnológica da agricultura e da produção alimentar brasileira.

Por fim, o Capítulo X, *Turismo e inovação no meio rural: visões a partir dos Campos de Cima da Serra (RS) e do Catu (RN)*, escrito por Gomes, Lunardi e Carvalho (Silva et al., 2014, pp. 215-230), o turismo rural é concebido pelos autores como uma forma de diversificação da economia local através do acesso a novos mercados. Procuram entender como os agricultores estão trabalhando e produzindo de tal forma que conseguem resistir e persistir, apresentando alternativa (proativas) que estariam conformando um novo modelo de desenvolvimento rural. A análise foi realizada em duas regiões brasileiras: Campo de Cima da Serra (RS) e Catu (RN). Utilizaram a matriz de análise que dá centralidade aos conceitos de autonomia e agência humana, como sendo o responsável pela capacidade da tomada de decisões, ou seja, o ator (agricultor) como agente ativo do processo, nos quais as estratégias (manutenção da base de recursos, novas relações mercantis, pluriatividade entre outras) são fundamentais para a sua efetivação. Os autores atribuem ao turismo um caráter inovador e viável ao enfrentamento das adversidades econômicas e sociais das localidades estudadas, principalmente considerando o protagonismo assumido pelas mulheres neste processo.

A partir do exposto, a miríade de artigos organizados neste livro, remete a um exercício complexo e produtivo, ao tempo em que destacamos o grande esforço que os autores realizam no sentido de se debruçar sobre a revisão e operacionalização de conceitos como: agência, inovação, novidade, autonomia,

dispositivos coletivos, capital social, resistência entre outros conceitos correlatos. Experiências que representam um processo de *inovações* com ênfase na participação dos mediadores; *novidades* que implicam em mudanças nos sistemas produtivos e econômicos das famílias, com o surgimento de novas organizações, construção de novos mercados e geração de novos conhecimentos. Os artigos ampliam o debate sobre as diferentes formas de construção da autonomia e das capacidades (agência) dos agricultores familiares e o papel fundamental desenvolvido pelos dispositivos coletivos nesse processo, resultando em novos arranjos produtivos locais e conseqüente dinamização econômica. Assim, destaca-se o caráter exitoso das iniciativas, o papel das políticas públicas na animação da vida social local, tendo os atores como agentes ativos na construção dessas ações. Por fim, conforme concluem os organizadores, este livro mostra o lugar conquistado pela agricultura familiar, através da continua luta pela sua autonomia e em contraposição a um padrão produtivo hegemônico.

REFERÊNCIAS

GIDDENS, A; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives.** 1.ed. Nova Iorque: Routledge, 2001.

_____. **Sociologia del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor.** México: Colección Investigaciones, 2006.

PLOEG, J. D. van der. **Rural sociology and the new agrarian question: a perspective from the Netherlands.** *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 32, n. 2, p. 240-246, 1993.

PLOEG, J. D. van der; RENTING, H. Behind the 'redux': **a rejoinder to David Goodman.** *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 44, n.2, p. 233-242, 2004.

WISKERKE, J. S. C. **On regimes, novelties, niches and co-production.** In: PLOEG, J.D. van der; WISKERKE, J. S. C. (Ed.). *Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture.* Assen: Royal Van Gorcum, 2004